

Mudam o tom e o alvo da retórica

por Celso Pinto

O ano passado nasceu sob o signo da supersafra agrícola; este surge com a ofensiva pelo aumento da poupança interna. A safra de 50 milhões de grãos, afinal concretizada, deveria ter auxiliado as exportações, aliviado a inflação e garantido renda e emprego. A poupança deverá reduzir o consumo de duráveis, desaquecendo a indústria e permitindo um maior saldo de bens a exportar.

No caminho entre o campo e a cidade, a retórica governamental ganhou as feições de austeridade que inspiram os ânimos de 1981. A apostila na safra abria espaço para se imaginar uma saída para os problemas do balanço de pagamentos e da inflação que incorporasse uma forte dose de crescimento. O apelo à poupança pretende ser, tão-somente, a melhor alternativa à recessão.

Não mudou apenas o tom da retórica, mas o alvo prioritário. No ano passado, o governo havia armado sua mira na alta dos preços. Errou e acabou vendo agravada a crise no balanço de pagamentos. Agora, concentra suas forças nas contas externas apoiado num arsenal clássico de contenção — aos moldes da política que o ex-ministro do Planejamento, Mário Simonsen, tentou desenvolver vários anos sem sucesso. Aceita-se hoje, com mais desenvoltura, a ideia de que uma inflação ainda alta fun-

cione como uma espécie de regulador de um nível mínimo de atividades, uns 4 a 6% de crescimento do PIB.

A inflação de 110% em 1980, recorde na história do País, foi, é claro, a ponta mais visível das dificuldades na condução da política econômica. Mas não é justo dizer que a herança transmitida para este ano seja exclusivamente negativa.

Fica difícil, por exemplo, justificar a disparada inflacionária de 80 olhando apenas a oferta de moeda. Pelos parâmetros da história recente do País, o ano passado foi um período bem-sucedido de contenção monetária. Desde agosto de 1979 os meios de pagamento têm crescido a taxas anuais inferiores à alta dos preços. A base monetária, um indicador mais sensível da expansão da moeda no Brasil, apresentou crescimento negativo, se comparado com a inflação, durante todo o ano de 1980 (veja o gráfico). Mais: no último trimestre, um período de tradicional pressão monetária, os índices continuaram sob controle. Em bases anuais, foi de 70,6% a expansão dos meios de pagamento em dezembro e de 53,8% para a base monetária. De fato, um recuo em relação a novembro.

Também não se pode acusar a política creditícia de excessiva generosidade. O limite estabelecido de 45% para o aumento do crédito nos

bancos privados — exceto repasses internos e externos — foi rigorosamente cumprido. Os créditos globais ficaram em 74,2%. Mesmo o Banco do Brasil, que trabalhou com várias contas em aberto para empréstimos agrícolas, elevou seu saldo de aplicações em 67,4%.

Boa parte do sucesso, é verdade, deve ser creditada à queima de quase US\$ 3 bilhões em reservas cambiais. Mas é preciso lembrar, em contrapartida, o enorme peso que os subsídios creditícios ainda tiveram no ano passado. Apenas a chamada "conta petróleo", um subsídio aos preços do petróleo, somou Cr\$ 145 bilhões. No lado dos outros subsídios creditícios, como os concedidos à agricultura, a conta pode ter chegado aos Cr\$ 400 bilhões, embora seu efeito imediato não implique maior emissão — ele é calculado a partir da diferença entre o nível dos juros cobrados e as taxas de mercado ou a inflação, implicando, assim, menor volume de recursos para o Banco do Brasil no futuro.

Explicar a convivência pacífica entre este nível de expansão monetária e a inflação de 110% somada a um crescimento de PIB de uns 8,5% — uma das mais altas taxas em todo o mundo — tem sido uma tarefa indigesta para os economistas mais ortodoxos. De toda forma, o que eles pedem, e o governo hoje concorda, é um controle ainda mais rígido. A recente liberação nas taxas de juros e a política mais agressiva na colocação de títulos da dívida pública caminham nesta direção. Ao mesmo tempo, o governo reduziu os subsídios creditícios, elevando as taxas de juros, e fixou limites bastante apertados para a expansão monetária em 1981. Se estas metas forem cumpridas à risca — e combinadas com uma política fiscal restritiva — aumentarão as chances de que acabem afetando as taxas da inflação, ainda que à custa de uma retração econômica. Há, contudo, um limite político estabelecido para esta retração.

Outra área em que o legado de 1980 não é desprezível é a do setor público. A concentração do poder de controle sobre os gastos governamentais nas mãos do Planejamento pode apresentar seus primeiros resultados práticos neste ano. Pela primeira vez as autoridades puderam estabelecer metas de crescimento para um universo correspondente a 98% das empresas estatais. E, pela primeira vez, tem mais chances políticas de cumprí-las.

Os gastos das empresas e bancos estatais foram, durante o período Simonsen, a torneira por onde escouou todo o esforço para represar os gastos privados. No ano passado, nas palavras do ministro do Planejamento, Delfim Netto, o maior poder de controle sobre as estatais permitiu apenas cortar a "gordura" acumulada por anos de orçamentos su-

perestimados. Neste, a meta de crescimento em pouco mais de 70% nos dispêndios e investimentos públicos (para uma inflação que se estima muito superior a este nível) deverá atuar, de fato, sobre a capacidade econômica das empresas estatais.

A safra agrícola recorde de 1980 não teve o impacto esperado porque sua principal função foi recompor o nível de estoques afetado por vários anos de desastres climáticos. Se a boa performance se repetir neste ano — em que a prioridade agrícola foi mantida —, certamente ajudará não só as exportações como também uma maior estabilidade nos preços dos alimentos.

Apesar de pontos a favor, é preciso lembrar que, como um todo, a guinada na rota da política econômica terá um preço a cobrar em termos de inflação corretiva. A batalha antiinflacionária do ano passado foi feita, em seu miolo, a partir de um esforço para controlar custos e tentar reverter a tendência psicológica altista, prefixando índices. Foram subestimados os níveis das correções monetária e cambial e controlados os juros, os preços e as tarifas. Hoje, mais preocupado com a demanda, o governo pretende soltar mais os preços e tarifas, praticamente liberou os juros, e devolveu níveis mais realistas às correções monetária e cambial. Ao menos num primeiro momento é inevitável que este conjunto de providências se reflita nos preços.

Além disso, numa economia como a brasileira, é muito difícil contornar o dilema central de que nem sempre o que é bom para o balanço de pagamentos é bom para a inflação. Para tentar conter as importações, por exemplo, foi elevado de 15 para 25% o Imposto sobre Operações Financeiras — alargando, na prática, a distância entre o câmbio para importações e a taxa de câmbio corrente. Na prática, elevaram-se os custos das empresas.

O ponto mais frágil de todas as previsões, contudo, escapa ao controle dos gabinetes de Brasília. O petróleo, no ano passado, teve um efeito devastador não só sobre o balanço de pagamentos como também sobre a inflação. No primeiro semestre, o Brasil pagou, em média, US\$ 28 por barril importado. Na segunda metade do ano pagou US\$ 31. Hoje, um barril importado já sai a US\$ 35. O que o Brasil ganhou a mais com o aumento de 32% em suas exportações de 1980 pagou a mais pelo petróleo que importou.

Apesar dos esforços na produção de fontes alternativas de energia, e de o consumo de petróleo ter caído 2,3% no ano passado, corre-se o risco de, mais uma vez, "correr para ficar no mesmo lugar", como diz o ministro Delfim Netto. Se nesta corrida se perderem indústrias e empregos, pior.